

Renato Nascimento



LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Manual de Compras e Contratações na Administração Pública

Lei nº 8.666/93

**4ª edição revista, ampliada
e atualizada**

Com o trabalho diário nas Prefeituras, Câmaras Municipais e com o dia a dia na sala de aula, notei a grande dificuldade dos servidores públicos e alunos em lidar com o procedimento licitatório, devido à complexidade dos atos praticados durante o procedimento. Diante disso, surgiu a ideia de elaborar uma obra que fosse de fácil compreensão para aqueles que nunca se depararam com um procedimento licitatório, sem abandonar a importância de exposição do conteúdo da matéria. A intenção é fazer uma abordagem sobre o tema de forma bem didática, com linguagem de fácil compreensão, tanto para os servidores públicos que lidam com as compras e contratações no âmbito da Administração Pública, quanto para os alunos de Direito que buscam um entendimento mais simplificado sobre o assunto. O livro expõe com clareza e objetividade todo o procedimento das modalidades licitatórias, além dos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, permitindo aos agentes públicos e alunos o entendimento e aplicação da Lei nº 8.666/93 sem maiores dificuldades. Assim, chegamos à 4ª edição desta obra, revista, atualizada e ampliada para o exame e aplicação dos leitores no dia a dia dos órgãos públicos.

Área específica
Direito Administrativo

Áreas afins
Direito Municipal,
Direito Público.

Público-alvo/consumidores
Alunos, servidores de órgãos públicos,
Prefeitos, vereadores, empresários e comerciantes
que realizam negócios com o poder público.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001362

N2441

Nascimento, Renato

Licitações e contratos administrativos: manual de compras e contratações na Administração Pública: Lei nº 8.666/93 / Renato Nascimento; prefácio de José Nilo de Castro. 4. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

352 p.

ISBN 978-85-450-0478-3

1. Direito administrativo. 2. Licitação. 3. Contrato administrativo. 4. Administração Pública. 5. Contabilidade pública. 6. Direito municipal. I. Castro, José Nilo de. II. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, Renato. *Licitações e contratos administrativos*: manual de compras e contratações na Administração Pública: Lei nº 8.666/93. 4. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
José Nilo de Castro.....	23
NOTA DA 4ª EDIÇÃO	27
NOTA DA 3ª EDIÇÃO	29
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	31
NOTA DA 1ª EDIÇÃO	33
INTRODUÇÃO	35

PARTE I

LICITAÇÕES

CAPÍTULO 1	
LICITAÇÕES (LEI Nº 8.666/93) –	
ASPECTOS GERAIS	39
1.1 Conceito.....	39
1.2 Fases do procedimento	40
1.3 Finalidades.....	41
1.4 Princípios básicos da licitação (art. 3º).....	42
1.4.1 Legalidade	42
1.4.2 Impessoalidade	42
1.4.3 Moralidade.....	43
1.4.4 Igualdade	43
1.4.5 Publicidade dos atos.....	43
1.4.6 Da proibidade administrativa	43
1.4.7 Vinculação ao edital ou instrumento convocatório	44
1.4.8 Julgamento objetivo.....	44
1.4.9 Princípios correlatos.....	44

1.5	Das vedações (art. 3º, §1º), critérios de desempate e privilégios às empresas brasileiras (art. 3º, §2º)	46
1.5.1	Privilégios às empresas que invistam em pesquisa e tecnologia e às empresas que destinam cargos e funções a portadores de necessidades especiais (art. 3º, §2º, IV e V)	49
1.6	O rito formal e o formalismo.....	50
1.6.1	Da perturbação dos trabalhos.....	51
1.7	Dos valores da licitação em moeda nacional (art. 5º)	51
1.8	Dos impedimentos (art. 9º).....	52
1.9	Objeto da licitação.....	52
1.9.1	Fracionamento do objeto	52
1.10	Principais objetos da licitação	53
1.10.1	Licitação para transporte escolar.....	53
1.11	Órgãos e entidades obrigados a licitar (art. 1º, parágrafo único; arts. 117 e 118).....	55
1.11.1	Subordinação ao regime das leis nºs 8.666/93 e 10.520/02.....	55
1.11.1.1	Consórcios públicos	55
1.11.2	Entidades que possuem regulamento próprio de licitação.....	56
1.11.2.1	As paraestatais.....	57
1.11.2.2	Terceiro setor.....	57
1.11.2.3	Sistema S.....	58
1.11.2.4	Entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	59
1.11.2.5	Caixas escolares.....	59
1.11.3	O dever de prestar contas e o dever de licitar	60
1.12	Condições para licitar obras e serviços (art. 7º).....	62
1.13	Condições para comprar mediante licitação (art. 14).....	64
1.14	Exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para abertura de qualquer licitação que acarrete aumento de despesa (art. 16, incs. I e II da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000).....	66
1.15	Comissão de licitação (art. 51)	68

CAPÍTULO 2

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

(ART. 22 DA LEI Nº 8.666/93).....	71
2.1 Aspectos gerais.....	71
2.2 Concorrência (art. 22, §1º e art. 23).....	72
2.2.1 Prazos mínimos de publicidade	73
2.3 Tomada de preços (art. 22, §2º e art. 23)	74
2.3.1 Prazos mínimos de publicidade	75
2.4 Convite (art. 22, §3º e art. 23).....	75
2.4.1 Observações importantes sobre o convite.....	76
2.5 Quadro demonstrativo dos valores correspondentes às modalidades licitatórias, <i>convite, tomada de preços e concorrência</i>	76
2.6 Consórcios públicos	77
2.7 Concurso (art. 22, §4º)	77
2.8 Leilão (art. 22, §5º)	78
2.9 Pregão (Lei nº 10.520/02).....	78
2.9.1 Aspectos gerais.....	78
2.9.2 Fases do pregão.....	79
2.9.3 Características	80
2.9.4 Pregoeiro e equipe de apoio.....	81
2.9.5 O instrumento convocatório ou edital.....	82
2.9.5.1 Impugnação e esclarecimentos ao edital.....	85
2.9.6 Habilitação.....	86
2.9.7 Propostas.....	86
2.9.8 A sessão do pregão.....	85
2.9.9 Recursos	89
2.9.10 Passos mais importantes para a montagem do processo licitatório modalidade pregão.....	90
2.9.11 Breves comentários sobre a adoção do pregão para obras e serviços de engenharia	90

CAPÍTULO 3

FASES DA LICITAÇÃO	93
3.1 Aspectos gerais.....	93

3.2	Fase preliminar.....	93
3.2.1	Publicidade do edital	95
3.2.2	Onde publicar (art. 21)	95
3.3	Habilitação.....	96
3.3.1	Habilitação jurídica (art. 28).....	100
3.3.2	Regularidade fiscal (art. 29).....	100
3.3.3	Qualificação técnica (art. 30)	100
3.3.4	Qualificação econômico-financeira (art. 31).....	101
3.4	Classificação (art. 46, §§1º e 2º)	102
3.5	Análise da proposta comercial (art. 44).....	103
3.6	Julgamento.....	103
3.6.1	Preços inexequíveis	106
3.7	Homologação	107
3.8	Adjudicação	107
3.8.1	Efeitos da adjudicação.....	107

CAPÍTULO 4

EXCLUSÃO DA

	OBRIGAÇÃO DE LICITAR	109
4.1	Aspectos gerais.....	109
4.2	Licitação dispensada (art. 17).....	110
4.2.1	Hipótese de licitação dispensada para alienação de bens (art. 17).....	110
4.2.1.1	Quando imóveis.....	110
4.2.1.1.1	Cessão de imóveis para outros órgãos ou entidades da Administração Pública e cessão para pessoas físicas de imóveis localizados na área rural	117
4.2.1.2	Quando móveis.....	119
4.3	Licitação dispensável (art. 24).....	121
4.3.1	Aumento dos percentuais da dispensa por valor.....	144
4.3.2	Aquisição de alimentos da agricultura familiar com dispensa de licitação.....	145
4.4	Inexigibilidade de licitação (art. 25).....	146
4.4.1	Hipóteses de inexigibilidade.....	149
4.4.1.1	Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes	149
4.4.1.2	Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.....	151
4.4.1.3	Contratação de artistas.....	153
4.5	Observações quanto à inexigibilidade e licitação dispensável (art. 26).....	155
4.5.1	Superfaturamento e a responsabilidade solidária	158
4.6	Contratação de advogado por inexigibilidade	158

CAPÍTULO 5

ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

	DA LICITAÇÃO	163
5.1	Anulação	163
5.2	Revogação	163

CAPÍTULO 6

	CONTROLE DA LICITAÇÃO	165
6.1	Aspectos gerais.....	165
6.2	Recursos administrativos	165
6.2.1	Recurso hierárquico.....	165
6.2.2	Representação.....	166
6.2.3	Pedido de reconsideração.....	166
6.3	Ações judiciais.....	167

PARTE II
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO 7	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	171
7.1 Aspectos gerais.....	171
CAPÍTULO 8	
CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS.....	173
8.1 Aspectos gerais.....	173
8.1.1 Consensual.....	173
8.1.2 Formal.....	173
8.1.3 Oneroso	174
8.1.4 Comutativo	175
8.1.5 <i>Intuito personae</i>	175
8.1.6 Prévia licitação	175
8.1.7 Supremacia do Poder Público – Cláusula exorbitantes.....	175
8.2 Cláusulas exorbitantes	176
8.2.1 Alteração unilateral do contrato (art. 65)	176
8.2.2 Rescisão unilateral do contrato (art. 78, I a XII e XVII, art. 79, I).....	177
8.2.3 Equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 65, II, “d”, e §6º)	177
8.2.4 Reajuste de preços (art. 40, XI, e art. 55, III)	177
8.2.5 Exceção de contrato não cumprido (art. 78, XV).....	178
8.2.6 O controle do contrato	178
8.2.7 Aplicação de penalidades.....	179
CAPÍTULO 9	
FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS	181
9.1 Aspectos gerais.....	181
9.2 Cláusulas essenciais (art. 55).....	182
9.3 Garantias de execução do contrato	183
CAPÍTULO 10	
ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	187
10.1 Aspectos gerais.....	187
10.2 Alteração unilateral do contrato	188
10.2.1 Alteração qualitativa do contrato (art. 65, I, “a”)	188
10.2.2 Alteração quantitativa do objeto (art. 65, I, “b”)	192
10.3 Alteração por acordo entre as partes (art. 65, II)	193
10.3.1 Alínea “a” – Substituição de garantia.....	193
10.3.2 Alínea “b” – Modificação do regime de execução	193
10.3.3 Alínea “c” – Alteração das condições de pagamento	194
10.3.4 Alínea “d” – Recomposição do equilíbrio econômico- financeiro.....	194
10.4 Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro x reajuste de preços.....	196
10.5 Observações finais sobre o equilíbrio econômico- financeiro.....	196
CAPÍTULO 11	
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	199
11.1 Aspectos gerais.....	199
11.2 Controle e fiscalização dos contratos.....	199
11.3 Responsabilidade pelos encargos previdenciários do contrato.....	200
11.4 Prazo e prorrogação dos contratos	201
11.5 Extinção dos contratos	204
CAPÍTULO 12	
INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS.....	205
12.1 Aspectos gerais.....	205
12.2 Inexecução por culpa do contratado (art. 78, incs. I a XII e XVIII)	206

12.3	Inexecução sem culpa do contratado (art. 78, incs. XIII a XVI).....	208
12.4	Inexecução em decorrência de fatos alheios ao contrato e às partes.....	209
12.5	Observações finais	210

CAPÍTULO 13

DAS PENALIDADES		211
13.1	Aspectos gerais.....	211
13.2	Aplicação de multa pelo atraso na execução do contrato (art. 86).....	211
13.3	Aplicação de outras penalidades (art. 87).....	212
13.4	Observações finais	213

PARTE III CONVÊNIOS

CAPÍTULO 14

CONVÊNIOS		217
14.1	Aspectos gerais.....	217
14.2	Conceito de convênio	218

CAPÍTULO 15

CARACTERÍSTICAS DOS CONVÊNIOS		221
15.1	Aspectos gerais – Distinção entre convênio e contrato.....	221
15.2	Inexigibilidade de licitação para celebração dos convênios.....	222
15.2.1	Da realização de licitação antes do recebimento dos recursos	224
15.3	Da formalização dos convênios	225
15.3.1	Da definição do objeto.....	225
15.4	Execução do convênio	226
15.5	Desvio de finalidade e desvio de objeto.....	227
15.6	Das despesas e pagamentos do convênio.....	228
15.7	Prestação de contas e responsabilização do agente.....	229
15.7.1	Prestação de contas feita pelo sucessor	231

PARTE IV PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DIFERENCIADOS E OUTROS AJUSTES

CAPÍTULO 16

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DIFERENCIADOS E OUTROS AJUSTES		235
16.1	Aspectos gerais.....	235
16.2	O sistema de registro de preços.....	236
16.2.1	O procedimento para adoção do SRP.....	237
16.2.2	A ata de registro de preços.....	238
16.2.3	Os contratos decorrentes da ata.....	240
16.2.4	Das aquisições ou contratações adicionais – “A carona”	241
16.3	Credenciamento	242
16.4	As microempresas e as empresas de pequeno porte no processo licitatório	245
16.4.1	Alterações na fase de habilitação (arts. 42 e 43)	245
16.4.2	Julgamento das propostas, empate ficto, critério de desempate (arts. 44 e 45).....	247
16.4.3	Procedimento licitatório diferenciado (arts. 47 e 49).....	247
16.4.4	O MEI – Microempreendedor individual	248
16.5	RDC – Regime Diferenciado de Contratações.....	250
16.5.1	O que é o RDC – Regime Diferenciado de Contratação.....	251
16.5.2	A adoção e aplicabilidade do RDC	252
16.5.3	As principais características do RDC.....	253
16.5.3.1	Dos objetivos do RDC.....	253
16.5.3.2	Dos princípios do RDC.....	254
16.5.3.3	Da escolha da marca na adoção do RDC.....	255
16.5.3.4	Das diretrizes do RDC.....	256
16.5.3.5	Da publicidade do orçamento	257

16.5.3.6 Das formas de disputa (art. 17)	257
16.5.3.7 Dos critérios de julgamento	258
16.5.3.8 Da negociação com o licitante vencedor (art. 26)	258
16.5.3.9 Da inversão de fases.....	259
16.5.3.10 Da convocação dos remanescentes	260
16.6 Contratos de gestão	260
16.6.1 As organizações sociais.....	261
16.7 Termos de parceria	263
16.8 Caixas escolares – Termo de compromisso.....	263
16.9 PPP – Parceria público-privada	266
16.9.1 As principais características	267
REFERÊNCIAS	271

ANEXO
LEGISLAÇÃO

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	275
Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	275
Seção I Dos Princípios	275
Seção II Das Definições	277
Seção III Das Obras e Serviços	279
Seção IV Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados	281
Seção V Das Compras	281
Seção VI Das Alienações	282
Capítulo II DA LICITAÇÃO.....	284
Seção I Das Modalidades, Limites e Dispensa.....	284
Seção II Da Habilitação.....	291
Seção III Dos Registros Cadastrais	294
Seção IV Do Procedimento e Julgamento.....	295
Capítulo III DOS CONTRATOS.....	302
Seção I Disposições Preliminares.....	302
Seção II Da Formalização dos Contratos	304
Seção III Da Alteração dos Contratos	305
Seção IV Da Execução dos Contratos.....	306
Seção V Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos	308
Capítulo IV DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL	309
Seção I Disposições Gerais.....	309
Seção II Das Sanções Administrativas.....	310
Seção III Dos Crimes e das Penas	311
Seção IV Do Processo e do Procedimento Judicial.....	312
Capítulo V DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	312
Capítulo VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	313
DECRETO n° 6.553, DE 1° DE SETEMBRO DE 2008	317
LEI n° 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.....	319
DECRETO n° 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005.....	323
DECRETO n° 5.504, DE 5 DE AGOSTO DE 2005	331
Lei n° 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977 (parcial)	333
RESOLUÇÃO n° 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 (parcial)	335
Capítulo I DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	335

Seção I	Do Registro da ART.....	336
Seção V	Da ART de Obra ou Serviço.....	337
Seção VI	Da ART de Obra ou Serviço de Rotina.....	337
Seção II	Do Registro de Atestado	338
LEI nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 (parcial).....		341
LEI nº 9.012, DE 30 DE MARÇO DE 1995		343
LEI COMPLEMENTAR nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006		345
Capítulo I	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	345
Capítulo II	DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE	345
Capítulo V	DO ACESSO AOS MERCADOS.....	345
Seção única	Das Aquisições Públicas	345
Capítulo XIV	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	347
Lei nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011		349